

Costa quita dívidas de Sarney

MINISTRO ESTÁ USANDO VERBAS DE SEU MINISTÉRIO PARA QUITAR DÍVIDAS COM EMPREITEIRAS CONTRAÍDAS EM 1987.



O ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, está usando o orça-

mento de seu ministério para quitar dívidas com empreiteiras contraídas durante o governo do ex-presidente Sarney, seu principal padrinho político. Desde que assumiu o cargo no final do ano passado, Alexandre Costa vem honrando o pagamento de projetos de irrigação milionários, destinados aos Estados do Maranhão, reduto eleitoral de Costa e da família Sarney, e do Piauí. Os contratos originais, quase todos

assinados em 1987, foram prorrogados este ano depois de mais de cinco anos de vigência — o que é vetado pelo decreto-lei das licitações (2.300/86). Esta legislação, substituída recentemente, estava em vigor quando as operações foram efetivadas.

Costa, acusado pelo ex-assessor da Comissão de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, de participar do esquema de corrupção das verbas públicas, tem se recusado a deixar o cargo. O ministro tem contado com o apoio incondicional da família Sarney. Na quarta-feira, a deputada Roseana Sarney

(PFL-MA), candidata ao governo do Maranhão, pediu ao presidente Itamar Franco, durante audiência no Palácio do Planalto, que não demita o ministro. Costa terá de dar explicações à CPI do Orçamento e à Polícia Federal sobre a utilização dos recursos orçamentários da Integração Regional.

De acordo com documentos oficiais do Ministério enviados ao gabinete do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), membro da CPI, a Integração Regional desembolsou nos dois últimos anos no mínimo US\$ 6 milhões — o equivalente hoje a CR\$

1,1 bilhão — para as empreiteiras Magna Engenharia, campeã das liberações, Mendes Júnior, Concic Engenharia, Emsa e Empresa Industrial. Quatro projetos de irrigação iniciados em 1987 — Baixada

Ocidental e São Bernardo, no Maranhão, e Tabuleiros de Parnaíba e Platôs de Guadalupe, no Piauí — receberam a maior parte das verbas. Suplicy constatou que, durante este ano, os desembolsos foram feitos sem cobertura orçamentária — o dinheiro foi liberado por meio de rubricas não autorizadas pelo Congresso.

Mara Bergamaschi/AE

Suplicy constatou que os pagamentos feitos este ano para as empreiteiras contratadas por Sarney foram feitos sem cobertura orçamentária